



O aumento dos salários não será oferecido

TEM QUE O CONQUISTAR COM A LUTA

Os trabalhadores do sector rodoviário pesado de mercadorias são o principal activo das empresas e, são estes, que contribuem para que as mesmas existam e tenham lucros, enquanto o valor real dos salários vai reduzindo, com a substituição do CTTV por pagamentos ilegais, tais como pagamento ao quilómetro e outros.

Na maioria das empresas, a remuneração total dos trabalhadores é constituída a partir do salário mínimo nacional, sendo o resto complementos em função dos dias de trabalho, o que não é aceitável numa

actividade em que os trabalhadores laboram em condições difíceis e com graus de exigência elevados.

Qualquer processo de negociação do contrato colectivo, tem que ter o envolvimento dos trabalhadores abrangidos e nos processos em curso com as associações patronais, é preciso que se envolvam na discussão colectiva de modo a pressionar a mesa de negociação com as reivindicações que vão ao encontro dos interesses de quem trabalha no sector.

PONTO DE NEGOCIAÇÃO DO CCTV - No ano passado deu-se inicio a um processo de negociação com a ANTRAM, tendo havido um interregno nas férias e depois no processo de eleição da direcção da associação patronal, tendo esta assumido o compromisso da retoma do processo de negociação, no inicio do próximo mês, com a apresentação de uma proposta global, incluindo uma proposta salarial, para depois se evoluir.

Com a ANTP houve troca de textos, ficando a associação patronal de entregar um novo documento de trabalho, o que não fez. Tal facto levou a FECTRANS a pedir a passagem do processo à fase de conciliação no Ministério do Trabalho.



Sindicaliza-te

TAMBÉM ESTÁ NAS TUAS MÃOS A MELHORIA DOS SALÁRIOS

Foi sempre na sequência de processos de forte mobilização dos trabalhadores que se conseguiram avanços na contratação colectiva e no futuro não será diferente.

Em diversas intervenções as associações patronais têm referido a necessidade de aumentar os salários, até pela necessidade que as empresas têm de fazer frente a normas de alguns países que, para combaterem a concorrência desleal com as suas empresas, impõe que todos os operadores

que circulam nesses países, pratiquem salários não inferiores aos praticados nesses países.

Mas perante esta preocupação, até ao momento ainda não colocaram na mesa de negociação qualquer proposta salarial, o que algumas empresas fizeram foi o de passarem falsas declarações de vencimentos para contornarem a legislação em países estrangeiros.

Perante essas declarações, a

reivindicação lógica é que as mesmas deixem de ser falsas e que os trabalhadores passem a receber os vencimentos declarados e, isso depende de cada um não aceitar as declarações e exigir o pagamento do que é justo.

Aumentar a tabela salarial é o caminho para a valorização do trabalhador e para defender a sua dignidade e, assim, não estar sujeito a regras inaceitáveis e ritmos de trabalho elevados para fazerem subir a sua remuneração.

LUTAR PELOS DIREITOS

Ao mesmo tempo que intervimos pela melhoria dos salários e das condições de trabalho, tem havido uma forte intervenção no plano jurídico e, com resultados positivos, nomeadamente, em torno da cláusula 74^a, cujo valor os patrões procuraram reduzir, quando o governo impôs a redução do trabalho do valor do trabalho extraordinário, **vindo os tribunais a reconhecer que não o poderiam fazer e mandaram cumprir o Contrato Colectivo de Trabalho.**

Mas é preciso ir mais longe na defesa dos direitos dos trabalhadores e isso faz-se com o reforço da organização, apresentação de reivindicações em cada empresa e mobilização em sua defesa.

Juntos a defesa dos teus direitos e interesses será mais forte



IDADE DE REFORMA

- Com a alteração do Código da Estrada foi ampliada até aos 67 anos a renovação da carta de condução, em vez dos 65 anos e, com isso, foi aumentada a idade de reforma dos trabalhadores.

Nesse sentido, através de uma petição e em reuniões com grupos parlamentares exigimos a reposição do limite de actividade aos 65 anos e a possibilidade dos trabalhadores se reformarem sem penalização.

Dos grupos parlamentares do PCP recebemos a informação da entrega de uma resolução para a reposição dos 65 anos no Código da Estrada e de uma recomendação ao Governo para que estes trabalhadores se possam reformar nesta idade sem penalização e do BE tomámos conhecimento de uma pergunta formulada ao governo.

A dignificação do trabalhador, a valorização dos seus salários e a melhoria das condições de trabalho terão, **tal como no passado, que ser conquistadas pela mobilização de quem trabalha muito e ganha pouco.**

VAMOS À LUTA

Envia os teus comentários, opiniões e sugestões para : cctvmecadorias@fectrans.pt